



Nenhum gesto de gentileza, por menor que seja, é perdido

Esopo



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube



Reprodução/NASA

TCU aponta país despreparado para enfrentar El Niño: setor produtivo apreensivo com efeito na economia

Especialistas consultados pelo Tribunal de Contas da União apontam um cenário muito preocupante com os efeitos climáticos do El Niño. A previsão é de chuvas intensas no Sul, com potencial para episódios semelhantes aos que devastaram o Rio Grande do Sul, e de uma seca severa no Norte e no Nordeste. O alerta ganha dimensão ainda maior diante da situação prevista para a Amazônia. Caso a estiagem volte a reduzir drasticamente o nível dos rios, milhares de comunidades poderão enfrentar dificuldades de abastecimento. O tema foi debatido nesta semana pelo Tribunal com o painel “Impactos do El Niño e preparação do Estado para eventos climáticos extremos” e apontou riscos concretos para a população e para a agricultura. E o setor produtivo, principalmente o de produção e distribuição de alimentos, está apreensivo.

Pecuária no Centro-Oeste e inflação

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a pecuária deve ser a atividade mais afetada no Centro-Oeste e no Norte, onde pode faltar água para as pastagens. Economistas alertam que o fenômeno climático pode reduzir a oferta de produtos como café, milho, frutas e leite, pressionando a inflação dos alimentos nos próximos meses. O Ministério da Fazenda deve aumentar sua previsão oficial para a inflação de 2026. A expectativa é que os preços subam mais do que o estimado em maio, quando a projeção era de 4,5%.

Alerta ao governo federal

O ministro do TCU Augusto Nardes, ao encerrar seu relatório, em sessão no plenário, pediu ao presidente da Corte, Vital do Rêgo, que o documento seja encaminhado imediatamente à Casa Civil, ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e à Presidência da República para que as providências sejam adotadas antes da chegada dos eventos extremos.

Política Nacional de Proteção e Defesa Civil ineficiente

Ao apresentar o relatório de fiscalização da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, o ministro afirmou que o país permanece despreparado para enfrentar os fenômenos previstos para os próximos meses e advertiu que a falta de ações imediatas de prevenção poderá “custar vidas, provocar graves prejuízos econômicos e levar à responsabilização de gestores públicos”.

Federação das Escolas Particulares reage à Lei da Copa Feminina que prevê alteração de calendário escolar em 2027

A Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) está preocupada com os desdobramentos da Lei nº 15.421/2026, sancionada pela Presidência da República, que estabelece regras para a realização da Copa do Mundo Feminina de 2027 no Brasil. Entre elas, está a previsão de ajuste dos calendários escolares para que as férias coincidam com o período da competição, marcada para ocorrer entre 24 de junho e 25 de julho de 2027. A presidente da Fenep, professora Amábilé Pacios, defendeu a autonomia dos sistemas de ensino e das instituições particulares na organização de seus calendários escolares.



Divulgação/CBF

Setor privado não aceita "imposição" do governo

“A lei federal não tem ingerência sobre o calendário escolar das escolas particulares. Os estados podem fazer a gestão do calendário das escolas públicas de sua rede, mas isso não significa impor o calendário às instituições privadas de ensino”, afirma Amábilé.



Site/Fenep

Cinco jogos em Brasília: sindicato no DF busca Conselho de Educação

No Distrito Federal serão realizados cinco jogos. E as 650 escolas particulares, que reúnem 190 mil estudantes, pediram ao Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) uma análise sobre a organização dos calendários letivos em razão da Copa do Mundo Feminina de 2027. Pedem que seja preservada a autonomia dos estabelecimentos de ensino.

Planejamento pedagógico

“Defendemos que cada escola tenha liberdade para organizar seu calendário com responsabilidade, respeitando a legislação educacional e garantindo o cumprimento da carga horária. A uniformidade de datas não pode ser mais importante do que a qualidade do planejamento pedagógico e o compromisso com a aprendizagem”, destaca Ana Elisa Dumont, presidente do Sinepe-DF.

BETS / MPDFT investiga supostas irregularidades de empresas de apostas e pede detalhes sobre contratos firmados com Virginia Fonseca e com o casal do DF Lucas Lira e Bruna Sunaika. Ambos têm 27 milhões de seguidores

Influenciadores são citados em ação

» MARIA EDUARDA LAVOCAT
» PAULO GONTIJO

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) ajuizou, na última quarta-feira, uma Ação Civil Pública (ACP), com pedido de tutela de urgência, contra a operadora da plataforma de apostas Blaze, a empresa Foggo Entertainment Ltda., e a influenciadora Virginia Fonseca. O casal de influenciadores do Distrito Federal Lucas Lira, 34 anos, e Bruna Sunaika, 31, também foi citado na ação, que busca responsabilizar por supostas práticas abusivas na divulgação de apostas esportivas e impedir a continuidade desse tipo de publicidade.

Segundo a 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (Prodecon), a Blaze utiliza estratégias publicitárias que transmitem a falsa impressão de ganhos fáceis ou garantidos, além de minimizar os riscos inerentes às apostas. Para o Ministério Público, a concessão da tutela de urgência é necessária diante da ampla disseminação desse conteúdo nas redes sociais e do potencial de atingir consumidores hipervulneráveis a cada nova campanha publicitária.

A ACP é resultado de um inquérito civil instaurado pela Prodecon em 19 de junho, após denúncias de consumidores e a análise de mais de 42 mil reclamações registradas contra a plataforma. A investigação apura possíveis irregularidades, como retenção indevida de valores, bloqueios arbitrários de contas, imposição de cláusulas contratuais abusivas,

publicidade enganosa e eventual descumprimento das normas de defesa do consumidor e da regulamentação das apostas de quota fixa.

Como primeiras providências, a Promotoria determinou a coleta de informações junto ao portal Reclame Aqui e requisitou à Blaze, no prazo de 15 dias, documentos sobre bloqueios de contas, valores retidos, políticas de bônus e rollover, mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro, ferramentas de jogo responsável e demais procedimentos relacionados ao funcionamento da plataforma.

Na ação, o MPDFT sustenta que as condutas investigadas extrapolam interesses individuais e configuram potencial lesão aos direitos coletivos dos consumidores e à ordem econômica.

Suspensão imediata

Entre os pedidos, a Prodecon requer que a Justiça determine à Foggo a suspensão imediata de qualquer cláusula contratual que vincule a remuneração de influenciadores ao prejuízo dos apostadores, ao volume de apostas realizadas após campanhas publicitárias, ao desempenho econômico da plataforma ou a qualquer outro mecanismo que incentive a ampliação da captação de usuários. Em caso de descumprimento, o Ministério Público pede a fixação de multa diária de R\$ 1 milhão.

Em relação à influenciadora Virginia Fonseca, o MPDFT requer a remoção imediata de conteúdos publicitários sobre apostas que prometam lucros

irreais, induzam o consumidor a erro, estimulem apostas em equipes, eventos ou condições esportivas específicas, utilizem dark patterns — técnicas de design voltadas a manipular o comportamento do usuário de forma pouco transparente — ou disfarcem

Reprodução/Instagram



O MPDFT requer de Virginia Fonseca a remoção imediata de conteúdos publicitários sobre apostas

Reprodução redes sociais



Lucas Lira e Bruna Sunaika são citados em documento do MPDFT

publicidade em conteúdos de caráter pessoal, familiar ou de entretenimento sem identificação clara do vínculo comercial. Caso a determinação seja descumprida, o órgão pede a aplicação de multa diária de R\$ 500 mil.

Além de Virginia, a investigação

alcança outros influenciadores que mantiveram contratos publicitários com a plataforma. Segundo o documento obtido pelo **Correio**, “para investigar a fundo essa estratégia de marketing e o uso do enquadramento ilusório de ‘renda extra’, a 1ª Prodecon requisitou à Blaze os contratos celebrados com Virginia Fonseca, Neymar Jr., Lucas Lira e Bruna Sunaika. A diligência aguarda cumprimento, mas a busca por amparo judicial não pode ser postergada, sob pena de continuar as práticas abusivas”.

O casal de influenciadores do Distrito Federal Lucas Lira, de 34 anos, e Bruna Sunaika, de 31, foi citado na ação. Com mais de 27 milhões de seguidores nas redes sociais, sendo 8 milhões só no Instagram, Lucas e Bruna costumam compartilhar conteúdos sobre a rotina da família e vídeos de humor. Durante o período em que mantiveram parceria com a Blaze, o casal divulgou a plataforma de apostas de forma aberta nas redes sociais. Em algumas publicações, Lucas incentivava os

seguidores a participar dos jogos, ao mesmo tempo em que fazia o alerta de que era preciso “ter consciência da hora de parar”. Atualmente, não há mais referências à Blaze nos perfis dos influenciadores. Procurados pela reportagem, a influenciadora Virginia Fonseca e o casal não retornaram até a publicação desta matéria.

Para o promotor de Justiça Paulo Binichski, da Prodecon, a preocupação do MPDFT vai além da publicidade irregular. “Estamos diante de um problema de saúde pública relacionado à ludopatia, que tem provocado graves prejuízos financeiros e sociais. A divulgação de apostas por influenciadores, associada à falsa percepção de ganhos fáceis e à minimização dos riscos, pode estimular o comportamento compulsivo e contribuir para perdas milionárias suportadas por consumidores. O objetivo desta ação é interromper essas práticas e fortalecer a proteção da coletividade”, afirmou.

Falsas promessas

A ação também sustenta que a contratação de influenciadores digitais de grande alcance, como Virginia Fonseca, amplia significativamente a propagação dessas mensagens e aumenta o risco de prejuízos a um número indeterminado de consumidores, atraídos pela promessa de obtenção de “renda extra”.

“A conduta da Blaze, em coautoria com Virginia Fonseca e demais agentes de seu ecossistema empresarial, não se limita a ilícitos pontuais, mas estrutura uma engenharia predatória de exploração de vulnerabilidades cognitivas em escala massiva, gerando externalidades negativas sistêmicas”, afirma trecho da ação.

A reportagem procurou, ontem, as assessorias da influenciadora Virginia Fonseca, do casal Lucas Lira e Bruna Sunaika e a Blaze, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

João Alves/ Divulgação/ Fecomércio



Segurança jurídica, democracia e livre-mercado, defende CNC

O 2º vice-presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac e presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, representou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, no evento em Brasília que recebeu os candidatos à Presidência da República Ronaldo Caiado e Romeu Zema. Foi entregue a eles a *Agenda dos Presidenciáveis 2026*, documento que reúne as principais propostas do setor empresarial. Foi estruturado em sete eixos estratégicos, elaborados para subsidiar a formulação de políticas públicas alinhadas à realidade do setor produtivo. Na base das propostas, três princípios considerados permanentes: segurança jurídica, democracia e livre-mercado.

Reformas estruturantes e redução de juros

Outro ponto enfatizado pelo 2º vice-presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac foi a necessidade de avançar em reformas estruturantes. Bohn defendeu uma reforma tributária que resulte em um “sistema mais simples, justo e transparente, estimulando investimentos, produtividade e formalização das empresas”. Também ressaltou a importância da reforma administrativa, do equilíbrio fiscal, da redução dos juros e da diminuição da carga tributária como medidas essenciais para ampliar a competitividade da economia brasileira.